



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA, PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO ARRAIAL DO PAVULAGEM EM BELÉM/PA

Maria Augusta Freitas Costa Canal ¹

Ana Flávia Santa Brígida Feijó ²

Jéssika Paiva França ³

INTRODUÇÃO

O Arraial do Pavulagem delinea-se como manifestação cultural configurada em forma de cortejos dançantes conduzidos em via pública na área central da cidade de Belém/PA tendo como características mais marcantes a condução de compositores e cantadores com seus chapéus largos onde são distribuídas grandes fitas coloridas e ritmo fortemente delineado pelo toque de tambores. Esses cortejos são acompanhados por uma multidão de brincantes que formam anualmente arrastões entre a Praça dos Estivadores e a Praça da República nos finais de semana entre os meses de junho e julho durante as festas juninas e entre a Praça dos Estivadores e a Praça da República no sábado do mês de outubro que antecede a principal procissão do Círio de Nazaré. Com mais de 30 anos de existência o Arraial do Pavulagem surge

¹ Doutora em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente; Docente da FACTUR/ICSA/UFPA integrado aos Grupos de Pesquisa Laboratório de Análise Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo (ICSA/UFPA) e Geografia do Turismo na Amazônia (PPGEO/IFCH). E-mail: augustageotur@gmail.com

² Discente concluinte do Curso de Turismo (UFPA) e integrante do Projeto de Pesquisa Festa e Turismo: os movimentos festivos em torno de praças no espaço urbano (FACTUR/ICSA/UFPA). E-mail: aflaviafeijo@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Bacharel em Turismo (UFPA); Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP); Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Dinâmicas Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo na Pan Amazônia; Coordenadora do projeto de pesquisa Praças públicas de Belém em tempos de pandemia. E-mail: jfranca@ufpa.br

em 1987 como resultado do processo de ampliação das brincadeiras do boi Pavulagem do Teu Coração realizadas na Praça da República (CHAGAS JR, 2017).

O polígono compreendido pelo cortejo do arrastão do Arraial do Pavulagem compreende um conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico da cidade de Belém que reúne inúmeros patrimônios materiais tombados sendo os próprios bairros onde esses cortejos ocorrem: Cidade Velha e Campinas, tombados pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse polígono, também, caracteriza na cidade de Belém aquilo que BOULLON (2002) determina com o núcleo turístico do espaço turístico do urbano com pontos e marcos sinalizados pelo setor empresarial e governamental como o Complexo de Estação das Docas, Complexo do Ver-o-Peso e Complexo Feliz Lusitânia o que coloca a cidade de Belém como cidade concentradora e distribuidora de fluxos turístico para o Pará e região Amazônica (PARÁ, 2011, CASTRO E TAVARES, 2016).

Nesse núcleo turístico que se conforma em Belém nos bairros da Cidade Velha e da Campina tem-se um exemplo emblemático entre os processos de revitalização de centro históricos urbanos e usos culturais e turísticos como produtos e produtores da patrimonialização, tal fato, se espraia dos bens materiais e aos imateriais como o Registro do Círio de Nazaré com Bem Cultural de Natureza Imaterial cujo parecer do Departamento de Patrimônio (DPI) do IPHAN em 2004 indicava o arrastão do Pavulagem como expressão de devoção religiosa agregada ao “complexo do círio” (IPHAN, 2004) e, mais recentemente, o próprio Arraial do Pavulagem vem sofrendo processos de patrimonialização.

Assim, a problemática do trabalho segue as questões: Como as políticas culturais brasileiras permeiam esses processos? Qual a relação entre as políticas culturais e a configuração do patrimônio Arraial do Pavulagem? Assim, o objetivo geral desse trabalho é identificar e analisar a constituição das políticas culturais brasileiras sua relação com a configuração do patrimônio na área de atuação do Arraial do Pavulagem. A metodologia desse trabalho é de caráter qualitativa (MINAYO, 2002), com a análise e sistematização dos dados ordenados por conteúdos análogos seguindo o levantamento e análise bibliográfica e documental (GOMES, 1994), observação dirigida do Arraial com modelo de roteiro (RAFFESTIN, 2009) em out. de 2019 e set. de 2001 e acompanhamento em plataformas e redes virtuais do Instituto Arraial do Pavulagem entre 2020 e 2021.

RESULTADOS

Os resultados partindo de assertivas encontradas Richards (2012) indicam a conformação do segmento de Turismo do Patrimônio Cultural como produto da intensificação e ampliação do processo originário do turismo moderno. Essa ampliação transitou “turismo cultural” elitista e de alta cultura para segmentos com “atrativo cultural” incluído a cultura popular e suas vivências cujo processo de globalização densifica consumo de áreas vista como culturais com destaque à relevância patrimonial dos locais materiais e imateriais mais ligados à cultura popular. De acordo com Simis (2007), a cultura deve ser vista como um direito e dever público que necessita ser pensada a longo prazo por diretrizes e ações conduzidas “predominantemente” pelo Estado por meio de políticas públicas culturais. No estado brasileiro essas políticas se circunscrevem num quadro temporal que se espraia de períodos ditatoriais com ênfase em projetos culturais autoritários para períodos democráticos com baixa efetividade dessas políticas a exceção das décadas de 2000 e 2010.

Conforme Rubim (2007) e Bezerra e Barbalho (2015) o marco inicial das políticas públicas brasileiras no ano de 1930 quando o Estado começa a tentativa de constituição cultural de uma nacionalidade uniformizante e que já dimensionava o patrimônio por seu aspecto material-tangível elitista e imaterial-intangível vinculado a diferentes grupos e estratos sociais, mas privilegiando a patrimonialização material. De 1930 a 2000 o Estado vem, em maior grau nos períodos autoritários e ditatoriais e em menor grau nos democráticos, ingerindo e ordenam o território por projetos e programas de Políticas Culturais que vão engendrar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória – SPHANPM, passando pela constituição do Ministério da Educação e Cultura, a configuração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória – SPHANPM e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), conformam algumas das estruturas institucionais que foram, ao longo dessas décadas, dando corpo à intervenção das políticas culturais brasileiras.

Nesse ínterim, os aspectos intangíveis da cultura foram apontados nas propostas, mas muito pouco operacionalizados, sendo nas primeiras décadas viabilizados pela caracterização do Folclore com destaque às Campanha de Defesa do Folclore, posteriormente, os debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na década de 1970 provocam a transitoriedade da dimensão do patrimônio à uma esfera antropológica o que incorre na ênfase dada aos aspectos imaterial-intangível vinculado ao saber popular, artesanato e tecnologias tradicionais nas políticas culturais brasileiras. Contudo, a

operacionalização disso ao longo das últimas décadas do período referido vai reforçar a dimensão material etilista com perduração da nacionalidade uniformizante com a instauração do Ministério da Cultura (MinC) e predomínio de financiamento da cultura midiática e tecnológica com Leis de renúncia fiscal (principalmente Lei Sarney depois Lei Rouanet) destaque ao setor audiovisual (ênfase na produção cinematográfica). A primeira metade da década de 2000 estabelece a normatização do patrimônio imaterial com a constituição da legislação de patrimônio imaterial, mas permeia a manutenção da política cultura viabilizada pelo financiamento com distanciamento do Estado e dirigida pelo mercado com recursos públicos (SIMIS, 2007, MINC., 2010 e BEZERRA E BARBALHO, 2015).

A segunda metade dessa década passa a vivenciar uma mudança de sentido da Política Cultural com o governo instaura a política cultural como política de Estado e busca desconstruir a nacionalismo da “identidade nacional” e “brasilidade autoritária” à construção de uma nacionalidade direcionar-se à diversidade e ao pluri-multiculturalismo cuja expressão mais eloquente será a substituição da concepção de folclore pela de “cultura popular tradicional” e, consecutivamente, a noção de cultura popular atrelada a patrimônio imaterial. Essas ações derivaram da participação do Brasil nas Convenções da UNESCO sobre Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e os reflexos às políticas culturais vão se espraiar por toda década de 2010 em escala intersetorial e em nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal. Esses reflexos induziram à formatação de um Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) é instituído o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” sobre a tutela do Centro Nacional de Folclore (CNF) e Cultura Popular e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) do IPHAN (MINC., 2010 e BEZERRA E BARBALHO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa direção a resumida exposição dos direcionamentos das políticas culturais brasileiras permitem entender a relação da patrimonialização na área central de Belém no que atinge o espaço de abrangência do Arraial do Pavulagem. O direcionamento da patrimonialização material é marcado na década de 1940 pelas ações de tombamento do IPHAN do acervo da Igreja da Sé (1941) e o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo

Largo da Sé atual Praça Frei Caetano Brandão (1964), bem como o conjunto do Mercado do Ver o Peso e sua adjacência imediata (1977).

O entorno da Praça da República aparece efetivamente pelo Patrimônio Teatro da Paz, um objeto arquitetônico construído em 1864 no interior da praça e tombado no livro histórico com n.359 de 21 em junho de 1963 pelo IPHA. Posteriormente, o governo do Pará através do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DPHC) tomba em 30 de maio de 1983 o polígono que compreende a Praça da República e seu entorno com conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico. No nível municipal o Centro Histórico de Belém delimitado em 1988 por lei orgânica municipal configura-se como conjunto arquitetônico e paisagístico tombado em 1994 quando do estabelecimento da Lei municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural: Lei 7709/94 de 18 de maio de 1994 que privilegia o ordenamento do tombamento do bem de natureza material. Em 10 de maio de 2012 o IPHAN considerando a relevância os bairros Cidade Velha e Campina no contexto conquista e colonização portuguesa oficializa o tombamento elementos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos dos bairros.

O direcionamento da patrimonialização imaterial se inscreve pelo registro do Círio de Nazaré no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN em 2004 e em 04 de dezembro de 2013 foi inscrito na Lista de Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. Em 2017 dois projetos de lei da Câmara Municipal de Belém instituiu como Patrimônio Cultural Imaterial de Belém o Arraial do Pavulagem (em 27 de Junho) e Pré-carnaval da Cidade Velha (em 12 de julho). Posteriormente, em 04 de agosto de 2020, um projeto de lei da Assembleia Legislativa do Pará estabelece em sessão remota (devido a Pandemia de COVID-19) a titular o Arraial do Pavulagem como Patrimônio Cultural Imaterial do Pará. Observa-se, portanto, que a patrimonialização do bem de natureza imaterial na esfera Estadual e Municipal não apresenta um tramite de registro institucionalizado como o bem de natureza material, tão pouco de Salvaguarda, apenas em 2021 a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial pelo Decreto nº 101810 de 11 de agosto.

Palavras-chave: Arraial do Pavulagem. Políticas Culturais. Patrimonialização. Patrimônio Imaterial. Núcleo Turístico.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. In: *pragMATIZES* – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, ano 5, n.8, out/2014 a mar/2015.

BOULLON, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, G. da COSTA. Processo de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. *Turismo: Estudos e Prática (RTEP-UERN)*, Natal, v. 5, n. 1 jan.-jun. 2016, p. 57-87.

CHAGAS JR, Ed. M. Do “Risco da Perda” ao patrimônio cultural: o arrastão em processo. *ACENO*, Vol. 4, N. 7, p. 123-140. Jan. a Jul. 2017.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI. Parecer 01/2004 de 17 de agosto de 2004. Extraído de <http://portal.iphan.gov.br> acessado em maio de 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. *Plano Ver o Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará*. Belém, 2011.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (ORG.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RICHARDS, G.: “*Cultural tourism: global and local perspective*”s. Haworth hospitality Press, New York and London. *Journal of Tourism Consumption and Practice* v. 4, n.2, 2012.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____, BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.